

*COLEGIALIDADE EPISCOPAL
E ARMAS NUCLEARES*

CARTA IX

SANTO PADRE:

Como todos vemos, ouvimos e sentimos, a actualidade noticiosa não tem objecto mais contínuo, impressionante e obsidiante do que a bomba atómica, a guerra nuclear, o armamento nuclear. São euromísseis, mísseis de médio e longo alcance, mísseis de uma cabeça nuclear, de três, de nove ogivas nucleares. São conferências de desarmamento nuclear intermináveis e novidades de rearmamento nuclear inesgotáveis.

Dos problemas nucleares se ocupam homens de Estado e políticos, estados-maiores e cientistas, médicos, sociólogos e psicólogos e certamente também o homem da rua. Naturalmente também os homens da Igreja, desde os Papas aos teólogos e aos simples cristãos. Evidentemente também os Bispos e as Conferências Episcopais. De entre estas foram mais notados e merecem sem dúvida o maior apreço os pronunciamentos da Alemanha Federal e dos Estados Unidos da América. Valerá pois a pena falarmos um pouco destes assuntos ao nível dos Bispos e das suas Conferências.

Muito e muito haveria que apreciar e louvar naquilo que têm dito e feito várias Conferências nacionais e muitos Bispos nas suas dioceses; no entanto fica-nos sempre um sentimento de que algo fica em aberto, que é preciso conti-

nuar a examinar e aprofundar o estudo doutrinal para dar resposta mais adequada aos problemas da vida ou morte no mundo. Encarando os problemas da paz nas condições do nosso tempo, o último Concílio disse que é preciso «considerar a guerra com um espírito inteiramente novo».

É pois algo de muito novo que a Igreja pede a todos; antes de mais, na sua própria Ordem, aos Bispos, colectiva e individualmente considerados.

Para condicionar e promover esse espírito inteiramente novo parece-me fundamental considerar alguns pontos, dos quais me permito pôr em evidência dois ou três que se me afiguram mais importantes e urgentes, como contribuição da Igreja para a Humanidade e para a História.

Moral e Casuística

Todos aqueles que seguimos cursos de Seminários ou de Faculdades teológicas, em tempos pré-conciliares, reconhecemos decerto que a Moral ensinada nos compêndios e nas prelecções estava imbuída, com um excessivo jurisdicismo e para além dele, dum predominante espírito casuístico. Chegava-se mesmo, em certos casos, a prescindir da Moral científica ou radical e expressamente evangélica para dar lugar a livros de «casos de consciência» ou a «Manuais de confessores». Isto é da história, vem de longe na história e compreende-se em certa medida pela história; também pela história actual se deve procurar equacionar e resolver, sempre com um retorno mais fiel às fontes, isto é, ao Evangelho.

Desde a alta Idade Média, em vista das dificuldades da primitiva penitência pública, foram nascendo os livros «penitenciários», nos quais se definiam os pecados e se determinavam as respectivas reparações, multas e outras penitências. Quando depois se deu a divisão interna da Cristandade — separação dos Orientais e dos Protestantes — a Igreja católica viu-se praticamente confinada aos Estados que lhe

ficaram fiéis e nas «temporalidades» condicionada pela evolução destes. Assim como tivera de submeter-se exteriormente ao Império, romano antes e depois romano-germânico, e ao feudalismo, teve agora de acomodar-se ao absolutismo monárquico.

Como a religião se tornou cada vez mais, de um lado e de outro das separações religiosas, negócio de Estado, também no mundo católico se criou uma situação de «união de poderes», que levou, entre outros efeitos, a que no cimo da escala os confessores — do rei, da rainha e dos infantes — tivessem lugar oficial na côrte e, à semelhança desta, nas casas nobres, e a que na base, organizada em paróquias, os fregueses tivessem de confessar-se ao menos uma vez cada ano por «desobriga» ao pároco ou a seu representante, isto para não falar já da confissão frequente por devoção, na paróquia ou nos conventos.

Isto deu lugar a uma vasta Casuística, em parte necessária e justificada, mas que não deixou de desenvolver-se «por amor à arte» com evidente dano da moral e do Evangelho. A crítica a esta Casuística, a que se juntava crítica paralela à Jesuística, ambas entendidas no pior sentido, começou a fazer-se desde muito cedo: pensemos apenas em Pascal, nas suas «Provinciais» e em todo o movimento místico-político de Port Royal e do Jansenismo.

Quase ao findar do processo em Portugal, podemos lembrar um episódio significativo em que o cesaro-papismo atinge as raias do ridículo: Pombal, abruptamente e em plena noite expulsa do paço os confessores jesuítas e fá-los conduzir à casa do noviciado, com proibição gravíssima de voltarem à côrte; acto contínuo e sem cerimónias, nomeia os provinciais das outras Ordens existentes em Lisboa confessores respectivamente do rei, da rainha, da princesa real e dos infantes. Grandes confessores, mas que formação de consciência e que sacramentos!...

Já se passam séculos sobre essa prática «católica», mas devemos reconhecer que uma mentalidade ainda largamente

difundida julga da fé cristã pela prática religiosa, da prática pela recepção dos sacramentos, da sacramental pela confissão auricular, quer por «desobriga» quer por devoção, em ordem à comunhão mas como que sobrevalorada em relação a ela. Seria às vezes caso de perguntar se alguma pastoral ainda subsistente «vê» muito além disto... «Na minha freguesia ninguém fica por «desobrigar» — ouvia-se e ouve-se às vezes, com completa complacência...

Mais impressionante e merecedor de exame crítico é que tal mentalidade casuística se manifeste ainda ao mais alto nível, ao nível das Chefias do Estado e das Conferências Episcopais nacionais. E tal se verificou recentemente em relação às Declarações já citadas e louvadas das Conferências alemã ocidental e norte-americana. O presidente da Conferência alemã, cardeal Hoeffner, referindo-se ao trabalho, sem dúvida notável, da sua Conferência, limitava contudo o seu âmbito de aplicação, dizendo: — «abstivemo-nos de comentar a utilização das armas atômicas».

E, em referência à doutrina que, recusando admitir as armas atômicas como um fim em si mesmo, tolera a sua posse e fabrico como uma etapa no caminho que visa o desarmamento progressivo, o mesmo cardeal-arcebispo de Colónia não deixou de dizer que os Bispos alemães acham que o prazo dessa caminhada está a esgotar-se — o que é uma apreciação sumamente plausível, mas sem dúvida casuística.

O caso americano foi ainda mais significativo e matizado de peripécias. Como os Bispos há mais de dois anos vinham preparando a sua Declaração, o presidente Reagan mandou o seu assessor para a Segurança e depois o próprio ministro da Defesa a falar com os Bispos, para harmonizarem as respectivas posições. Regressaram os emissários do Presidente com a convicção de que tinham conseguido convencer os Bispos a substituir «congelamento» por «limitação»; a grande maioria dos Bispos porém insistiu na terminologia anteriormente adoptada, que foi a que prevaleceu. Mas, além

destas missões junto dos Bispos, o Presidente não se dispensou de enviar ao Vaticano um general reformado, para a mesma missão.

A Declaração episcopal é sem dúvida muito radical e exigente, mas não deixa de dizer que a posse (e portanto o fabrico) é «moralmente aceitável» para fins defensivos e como meio de chegar ao desarmamento bilateral — o que, pense-se o que se pensar da tomada de posição, é fazer casuística...

Creio bem que, deixando à Casuística o lugar que puramente lhe compete, a Igreja deve reconhecer que muitas coisas mudaram: os Estados deixaram de ser confessionais (ao menos os de maioria cristã), as relações entre a Igreja e o Estado alteraram-se profundamente, a mentalidade comum é outra e outros são os meios ainda chamados de guerra.

O Concílio pediu um «espírito novo» para examinar estas coisas; mas a primeira conclusão desse exame com novo espírito é que as coisas reais são objectivamente novas e especificamente diferentes.

A guerra e «o nuclear»

Creio bem que é preciso reconhecer que uma coisa é a guerra e outra coisa é a chamada arma atómica ou nuclear. A guerra tem dado muito que falar e é talvez difícil de definir: mas a história fornece concretos e completos meios para uma aproximação ao seu conceito exacto. Desse conceito resultará ao menos que a chamada arma nuclear não é um meio de guerra: é um meio de morticínio e de terrorismo, é o assassinato em massa, mais de civis que de militares, é o extermínio da vida e da civilização.

É certo que à guerra sempre andaram juntos ocasionais morticínios e certos fenómenos de terror, mas a guerra não era isso. Era invasão, era ocupação do território, era roubo e depredação, destruição dos exércitos e meios de guerra inimigos, escravização e outras coisas não melhores; mas não

era morticínio indiscriminado e extermínio puro e simples. Para tornar compreensíveis as diferenças talvez convenha concretizar em factos históricos; limitar-nos-emos à última guerra mundial e às ameaças de hoje.

Na guerra passada o primeiro grande facto de morticínio e destruição em massa foi o bombardeamento de Londres, Coventry, etc., o efeito psicológico foi diametralmente o contrário, tanto na Inglaterra como na Alemanha; e esta preparou-se para continuar a guerra por outra invasão que considerou mais praticável e de maiores efeitos.

Veio mais tarde o bombardeamento massivo da Alemanha pelos Aliados. Começa hoje a reconhecer-se que esse morticínio e destruição em massa foi um desperdício, um erro psicológico, um malefício contraproducente, uma cara loucura e, nessa medida, objectivamente um crime. Descontando certa retaliação por parte da Inglaterra (que já em si mesma não é moralmente aceitável) os homens de Estado e estrategas da guerra esperavam desses horríveis bombardeamentos (horríveis para as vítimas e caríssimos em homens e material, para os atacantes) efeitos importantes tais como a desmoralização do inimigo, a indignação e talvez revolta do povo contra o nazismo, a destruição da máquina de guerra e da sua indústria, a pulverização dos nós de comunicação e desarticulação desta, etc..

Os efeitos parecem ter sido exactamente os contrários: a desmoralização foi inoperante contra a feroz disciplina de guerra e em muitos antinazistas substituída pelo exaspero contra os Aliados, o afastamento e revolta contra o nazismo não se deu, mas sim o contrário — sem casa, sem comida, sem meios de subsistir, que fazer senão submeter-se mais ao regime? — a máquina de guerra, bem camuflada, quase não foi atingida, os nós de comunicação e outras instalações vitais eram restaurados com uma prontidão espantosa, à custa do trabalho escravo, assim agravado. Quer dizer, esse terrível e caríssimo morticínio e terrorismo mostraram-se quase totalmente inúteis e em grande parte contraproducen-

tes para os fins da guerra. Nessa mesma medida e sob esses aspectos têm de ser considerados uma loucura, criminosa objectivamente.

Que ao menos se aproveite a lição, para a loucura se não tornar subjectivamente criminosa, totalmente criminosa. Porquanto, ao fim e ao cabo, foi necessário o desembarque e a invasão. E o que restava do Exército alemão no Oeste mostrou bem, sobretudo na batalha *des Ardennes*, que os bombardeamentos arrasadores não lhe tinham feito perder o moral nem limitado a capacidade de manobra nem os meios de executar uma estratégia que chegou a fazer temer pelo avanço e pela própria segurança dos exércitos aliados. Isto é que realmente foi a guerra, a Oeste como a Leste. O bombardeamento foi morticínio e destruição, em parte inútil e em parte contraproducente.

Mas temos o caso das bombas atómicas sobre Hiroshima e Nagasaki. Atribui-se geralmente a essa amostra do bombardeamento atómico o termo da guerra. Para responder ao arrepio da consciência universal, foi dito que tal amostra apressou ao menos de um ano o fim das hostilidades, poupou portanto a vida de centenas de milhares de soldados americanos e imensos gastos, bem como, do outro lado, milhões de vidas e incalculáveis perdas materiais do Japão. É uma hipótese, à qual se podem opor válidos raciocínios, fundadores de outras hipóteses. Consideremos apenas o seguinte. O Japão entrou na guerra por cálculo e com o mais cínico desprezo da sua imagem moral perante a consciência do mundo. Era natural que saísse também dela por cálculo e sem muito respeito pela figura moral que fariam. Ora a guerra estava perdida, na Europa e no resto do mundo.

Derrotados, presos ou mortos os seus aliados, liberto para a luta o tremendo potencial bélico da América, com a Rússia a precipitar-se para o Oriente a fim de participar no festim da vitória e seus despojos, quem é que no Japão podia pensar noutra coisa que não fosse a capitulação, tanto mais que a América, apesar da tremenda felonía de que foi

vítima por parte do Japão, não cometeu para com ele o desastrado erro que impuseram na Europa da rendição incondicional, erro enorme do qual, não o nazismo, mas todos os alemães sofreram tremendamente e sofrerão enquanto não voltarem a ter uma Pátria una, livre e democrática.

Pode pois imaginar-se que a bomba atômica, última gota numa situação desesperada, teve bem pouca influência no desfecho da guerra. Mas, ainda para contra-prova hipotética, imaginemos que a bomba atômica, em vez de aparecer no fim sobre um Japão moralmente derrotado, aparecia ao começar a sua fulminante, cínica e apocalíptica agressão. O Japão saberia da limitada capacidade então de produzir a bomba, tinha aviadores suicidas que, como contra os porta-aviões e couraçados, mais facilmente se podiam precipitar sobre os aviões portadores da bomba, longe das águas territoriais nipônicas, nem mesmo estaria fora de causa a hipótese dum ataque de surpresa, terrestre ou aéreo, ao local de montagem das bombas; quanto ao efeito psicológico a censura de guerra, ao contrário do que fez ao fim, podia bem ter ocultado a realidade e evitado o alarme. Ao ritmo do fabrico de então, a bomba atômica, não obstante o seu enorme poder mortífero e destrutivo, não seria mais que problemática na condução da guerra, na sua fase de arranque, em ordem à obtenção da paz.

Estas considerações, sempre problemáticas mesmo que positivas, não são propriamente o núcleo da questão.

«Um crime contra Deus e contra o próprio homem»

Lembremos bem a dificuldade que tiveram os Padres conciliares em pôr-se de acordo na elaboração dum texto sobre as «armas científicas» modernas. Ainda aqui aparecia a preocupação casuística e de parcialidade nacional. Como então parecia que só os Estados Unidos estavam aptos a usar essas «armas científicas» — concretamente a bomba atômica — os Bispos americanos voltavam-se para as necessidades

da defesa, enquanto os europeus e de outros continentes se punham mais no terreno principal. Finalmente acordou-se num texto que se pode considerar modelar e orientador para toda a doutrinação futura.

Na Constituição pastoral *Gaudium et Spes*, n.º 80, começa-se por observar que «o progresso do armamento científico aumenta desmedidamente o horror e a perversão da guerra». Depois de enumerar alguns desses horrores e perversões, passa a reconhecer que «tudo isto nos força a considerar a guerra à luz dum espírito inteiramente novo». Já neste espírito e atendendo à conjuntura actual, os Padres conciliares formulam a solene condenação: — «Este santo Concílio declara que todo o acto de guerra que tende indistintamente à destruição de cidades inteiras e de vastas regiões como os seus habitantes é um crime contra Deus e contra o homem ele mesmo, que deve ser condenado firmemente e sem hesitação.»

Nesta firme condenação estão evidentemente incluídas todas as formas de armas nucleares, embora não apenas elas; como condenados são os crimes futuros mas também os passados, na sua objectividade e decerto sem querer julgar da subjectividade dos seus autores.

Invoca-se geralmente em defesa desta «criminosa» (em si) indústria de guerra o princípio da *dissuasão* atómica ou nuclear. É preciso dizer claramente que tal *dissuasão*, aparentemente defensiva, sempre fez parte do espírito armamentista, e portanto mais se deve considerar ofensiva. Em vez de *dissuasão* mais se deverá considerar *persuasão*, para o eventual inimigo se armar. De resto sabe-se concretamente que quem na Europa entrou por esse caminho e pôs em curso esse *slogan da dissuasão atómica*, acompanhado depois pelo da defesa *tous azimuts* foi a França, conduzida por um seu grande homem — mas são os grandes homens que fazem os grandes erros.

Porém acreditará alguém que essa defesa em todas as direcções do horizonte se deveria entender contra qualquer

das duas grandes superpotências do nosso mundo? Que um país europeu, como a França, pensasse na guerra nuclear contra a Rússia ou contra a América seria a loucura das loucuras.

Parece evidente que se trata duma espécie de exutório duma nação derrotada, ocupada, humilhada e realmente enfraquecida, para impor o medo e o respeito aos seus vizinhos de qualquer dos lados. Mas por mais longínquo que seja o perigo dessa ameaça, trata-se duma imoralidade objectiva, que deve ser denunciada em si e nas justificações que dá a outros, no caso particularmente à Rússia. Tenho realmente pena, muita pena, de que o Episcopado Francês, que tanto prezo e admiro, não se tenha antecipado ao Alemão, Americano e outros, num juízo severo dos problemas morais inerentes a esta e outras actividades da indústria de guerra do seu país.

Mas o princípio da ameaça dissuasiva nuclear como meio de defesa e segurança parece ter mais larga aplicação. Assim constitui ponto essencial da estratégia da NATO na Europa a ameaça de usar armas nucleares se os soviéticos atacassem com seus tanques de guerra, numericamente muito superiores. Isto é, no caso de uma agressão com armas convencionais, o adversário — no caso o Pacto de Varsóvia — deve estar certo de que os países da NATO ameaçariam a sobrevivência dos seus povos por meios atômicos.

Isto põe, por forma nova, a antiga questão da distinção entre guerra ofensiva e defensiva. A guerra defensiva, a única que ainda merece examinar-se moralmente, deve supor, como toda a legítima defesa, que à agressão se oponham meios e modos da mesma ordem genérica, ou, como diziam os antigos, que a defesa se faça *servato moderamine inculpatæ tutelæ*.

Mudar substancialmente os meios de defesa em relação aos de ataque deve levar a considerar a defesa transformada em agressão. E isto põe em novos termos o problema da guerra ofensiva e de quem é o agressor. Divisões e distin-

ções sempre difíceis, mas não deveria esquecer-se a definição que existe desde o malogrado pacto Briand-Kellog: agressor é aquele que recusa a arbitragem ou outra forma de recurso a um tribunal imparcial.

Os Bispos americanos, para além do que tinham feito os alemães, não recusaram considerar esta estratégia da NATO e condená-la, sabendo bem que iam contra a política do próprio Governo dos Estados Unidos e dos emissários que este lhes enviou. Nem por isso escaparam, apesar de certa moderação que puseram nas suas posições, à condenação do Presidente, que os assimilou aos agentes do movimento pacifista, que não se poupa a considerar como quinta coluna de Moscovo. E, na verdade, sem pôr em causa a boa fé do Presidente e a sua boa vontade para com a Europa e sem por outro lado aderir a todos os pontos do movimento pacifista, não vejo como discordar da afirmação destes, ao menos no campo hipotético, de que a estratégia da NATO acaba por fazer da Europa o campo de batalha das superpotências. Já vários indícios mostraram que esta hipótese se pode tornar realidade, com a perdição da Europa e economia interna dos dois maiores contendores...

Neste campo e sob a lógica do Concílio e das Conferências Episcopais já citadas, não será ilegítimo formular uma nova hipótese, por mais impossível que a sua realização seja nas condições nacionais e internacionais que actualmente se verificam. Imaginemos uma Europa totalmente desnuclearizada e provendo à sua defesa pelas armas convencionais legítimas ainda indispensáveis.

Está fora de qualquer consideração sensata que a Europa pense em atacar o «socialismo científico» da Rússia e dos povos que lhe foram deixados ou que ela submeteu. Seria pensável que, nesta altura da história e no actual concerto (ou mesmo desconcerto) das nações, atacasse com as suas armas nucleares uma Europa sem euromísseis, sem bombas de neutrões e sem outra panóplia nuclear? Que ganhava a URSS com ocupar a Europa? Não tem ela problemas de

mais com os países que ocupa, abertamente ou por interpostos mandatários, para não falar já dos problemas que cada vez mais lhe põem as repúblicas soviéticas não russas, que ainda são mais de metade da URSS?

Perguntar isto não é ser pacifista a todo o transe; é só perguntar, em nome do bom senso e na lógica da Constituição pastoral *Gaudium et Spes*. Se é preciso inverter a marcha para o abismo e afastar o apocalipse do nosso horizonte próximo, não seria mau que fossem os cristãos a começar...

Nem sequer perguntemos se Marx, ao menos em certos períodos da sua evolução intelectual, se não sentiria hoje mais realizado em certos países da Europa ocidental que fizeram a sua evolução pacífica para o Estado social (como ele aliás previra, como hipótese, para a Alemanha e Inglaterra, do mesmo passo teórico que inteiramente contra a Rússia)...

Postulados fundamentais

Em resultado das precedentes considerações devemos formular algumas conclusões, à maneira de postulados sobre o que-fazer da Igreja, como parte da sua missão ao mundo dada por Cristo, Senhor e Juiz.

— Nesta nossa «idade que se gloria da força atómica», como dizia já a Encíclica *Pacem in Terris*, toda a Igreja, do cimo à base, deve condenar sem hesitação e indefessamente a guerra feita com meios de morticínio indiscriminado e destruição de cidades e populações indefesas, com «um crime contra Deus e contra o Homem» (G.S., n.º 80).

— A Igreja e sobretudo os seus responsáveis devem considerar a guerra «com um espírito inteiramente novo», que distinga com toda a possível clareza a guerra defensiva da ofensiva, condenando toda a agressão e impondo à guerra defensiva o *moderamen inculpatæ tutelæ* e denunciando ainda a mudança qualitativa dos meios de acção bélica, que pode transformar o defensor em agressor.

— Que as Conferências Episcopais de todo o mundo tomem posições sobre as chamadas armas nucleares, condenando sem hesitação e com firmeza as guerras de extermínio indiscriminado como um crime contra Deus e contra a Humanidade, na linha lançada pelo Concílio. Que essa condenação seja de princípio e formulada com radicalidade evangélica e sem temer chegar ao paradoxo evangélico.

— Sendo a civilização moderna de Estados laicos, a Igreja não tem responsabilidades directas na governação dos povos. A doutrinação dos Bispos, a pregação e acção pastoral devem responder às exigências do Evangelho e à melhor Tradição bíblica e eclesiástica, sem *a priori* estar a medir as palavras por considerações casuísticas.

Se *a posteriori* governantes e políticos católicos ou outros tiverem problemas de consciência ou desejarem sintonizar o discurso do Estado com o da Igreja, haverá sempre nas escolas moralistas e canonistas que, sem tirarem à Moral o lugar prioritário que lhe pertence, dêem também atenção à Casuística; e os próprios Bispos não recusarão considerar esses aspectos casuísticos, mas noutra instância. Reconhecendo que o mal é mal, pode ter-se de optar, entre dois males inevitáveis, pelo mal menor; mas terá de reconhecer-se que, na apreciação dos meios e circunstâncias o juízo do homem da Igreja sobre o mal maior e menor não será sempre mais informado e competente que o do homem do mundo...

Quanto à sintonia entre o discurso e *praxis* políticos e o discurso e prática eclesiásticos, não haverá geralmente que pensá-la para além dos grandes princípios e das finalidades maiores, porquanto se o homem da Igreja fala como homem de Estado também este virá a falar como homem da Igreja.

— A Igreja deveria defender incansavelmente a formulação progressiva de princípios e normas de direito internacional, que fossem aplicáveis a todos, grandes e pequenos, fortes e fracos. Assim como na ordem interna das Nações se passou do direito da força à força do direito, assim também na ordem internacional devia pôr-se termo à própria lingua-

gem do direito do mais forte e avançar com os princípios e normas da justiça *inter nationes*. A Igreja teve na Europa um grande influxo no progresso da racionalidade entre os homens, racionalidade que por séculos só ela defendeu. Não se poderá esperar — e exigir — que algo de semelhante aconteça neste nosso mundo, feito materialmente uno mas sem o necessário complemento de racionalidade?...

— Para assegurar o domínio do direito sobre a força e a possível justiça *inter nationes* será necessário dotar a Sociedade humana das necessárias instâncias legais e judiciais.

A ONU não satisfaz manifestamente a esse *desideratum*, como funciona actualmente nem talvez como foi criada. Terá sido concebida como organização dos vencedores para assegurar a paz no mundo. Sabe-se como os vencedores se dividiram em duas partes e como os vencidos aderiram ou foram submetidos a cada uma delas.

Mas, qualquer que seja a razão de ser da ONU, certo é que nem a sua estrutura, nem o seu funcionamento e história permitem contar com ela para a desejada justiça e paz no mundo.

Quaisquer instâncias que pudessem dar alguma esperança deviam distinguir rigorosamente o político e legislativo do jurisdicional e judicial. Como é realmente pensável que um membro da organização que conta algumas dezenas de milhares de habitantes tenha tanto peso nas votações como outro que conta centenas de milhões de habitantes? No judicial, sim, cada um dos membros do tribunal entraria pela sua competência e ideal de justiça e não pela nacionalidade a que pertencesse.

— À Igreja deviam também merecer muito apreço e carinho as organizações continentais para os fins superiores da justiça e da paz. Certamente estas organizações têm de ter base económica e devem reflectir o seu influxo na harmonização dos interesses dos parceiros; mas pensar só ou predominantemente no mercado comum será inevitavelmente o princípio do fim.

Ao lado dum certo condicionamento da soberania nacional que a organização continental democrática pede, para cima, é de prever uma certa limitação da mesma soberania para baixo, em atenção às várias «nações», línguas, culturas, tradições, diferenças de economia, geografia, etc., que há em cada Estado. A supranacionalidade, por um lado, tem a sua vertente complementar na regionalidade, pelo outro.

— É necessário criar um certo conceito de *obsценidade* neste mundo da comunicação e dos *mass media*, mundo que está feito «a nossa aldeia», mas para a qual não há as disciplinas morais, culturais e sociais ou de vizinhança que às aldeias outrora se davam. Quando vemos na celebração das festas nacionais, os grandes desfiles militares, as mais recentes, colossais, científicas e mortíferas máquinas de guerra não podemos pensar que tudo aquilo, dado em espectáculo, é *obsceno*?

Quando ouvimos, cada dia e a cada hora, os homens de Estado, militares, políticos, cientistas, etc., falar incansavelmente das suas armas de guerra e dos seus planos e ameaças de terror, não podemos deixar de pensar que aquela linguagem é *obscena*.

Como mostra lateral desta *obsценidade*, podemos considerar que as grandes potências de hoje possuem «armas» químicas e bacteriológicas que igualam ou excedem de longe em capacidade mortífera imediata e nos efeitos deletérios futuros as piores «armas» nucleares. No entanto ninguém fala em público nem ameaça com esses recursos de morte massiça. Há um certo pudor, alguma vergonha de falar do uso das «armas» químicas e biológicas: seria obsceno. Por que é que essa noção de obsценidade não há-de estender-se às bombas atómicas e às «armas» nucleares?

Os gregos, na sua marcha ascensional de civilização, tinham chegado à noção de que certos factos de imoralidade, atrocidade ou barbarismo, de que a sua mitologia era tão rica, não deviam pôr-se em cena, embora se soubesse deles entre bastidores ou lá fora: eram obscenos.

Os romanos, ao contrário, traziam para o palco do teatro ou para os espectáculos do circo as cenas mais atrozes de sofrimento, de tortura e de morte: e parece que se deleitavam com isso. Eram os conquistadores, a preparar-se para novos feitos de conquista. Por isso, embora difundissem a civilização grega e dos outros povos ribeirinhos do Mediterrâneo oriental e dessem ocasião à difusão do Evangelho, não criaram nem tinham para dar uma civilização sua. O direito, sim, mas direito dos *foedera iniqua*, do cidadão romano em face do súbdito conquistado (até se verem obrigados a alargar a cidadania)...

Há necessidade de restaurar o conceito de *obsценidade* quanto às «armas» atómicas e em muitos outros domínios deste mundo de publicidade, de espectáculo e de «direito de informação» até à mais soez bisbilhotice de aldeia.

— Nestas questões de «armas» nucleares e de meios de extermínio indiscriminado há que ter em conta os pareceres dos estados-maiores das Nações e das Forças Armadas, mas não menos os dos estados-menores e do homem da rua, sobretudo dos jovens. É que serão eles que terão de fazer a guerra, na frente; embora os perigos das populações civis não sejam menores — o valor específico das armas nucleares mostra-se contra os grandes aglomerados, e os soldados, quando mobilizados, estão no campo, no acampamento — ainda assim são os soldados que mais sofrem a guerra, física e moralmente.

Os chefes de Estado que conduziram a guerra agressiva última tinham estado nas trincheiras da anterior como soldados. Por isso mesmo depois que a sorte da guerra se voltou contra eles e quando chegaram até ao último desespero, não recorreram à «arma» química de que dispunham; é que a tinham visto em acção.

Será preciso que os soldados de agora cheguem a experimentar a «arma» nuclear, para a evitar em futuras guerras?...

— Não se limitando à negação e recusa, a Igreja deverá pregar a não violência activa e a objecção de consciência, como mais eficazes e de base mais cristã para forçar a solução de situações injustas. Com a preferência por estes meios, não queremos excluir o direito à resistência activa contra uma tirania evidente e prolongada; mas é preciso que essa resistência não venha trazer ao povo maiores males do que aqueles que sofre.

Se um povo fosse feito de não violentos activos e de desobedientes civis às dominações ilegítimas e às leis injustas, a raça dos conquistadores iria rapidamente à sua extinção.

— A Igreja deverá pregar indefessamente e a todos os níveis a sua doutrina ético-social considerando que os valores de conservação, que têm o seu próprio lugar, não devem cortar o caminho aos valores de progresso, que seja positivo e possível em cada tempo, se bem que a utopia concreta e inteligente, tomada como utopia, isto é, como ideal, possa apontar orientações e antecipar teoricamente soluções que venham a mostrar-se realizáveis.

— Para evitar a revolução violenta ou a guerrilha — que é a pior das guerras e a que põe problemas morais mais graves e frequentes — importa aceitar pacificamente que as instituições evoluem, abrir caminhos democráticos a essa evolução e atender mesmo ao desejo de mudança — hoje diríamos à alternativa democrática — que é natural ao homem, como já observava S. Tomás em tempos bem diferentes.

Em suma e conclusão, o Evangelho não pode arrastar-se para nenhuma política partidária, mas devia inspirá-las a todas, de modo que os adversários políticos se sentissem irmãos da Humanidade e porventura em Cristo.

Só me resta agradecer a Vossa Santidade o muito que tem feito pela humanização do homem em Cristo, através dos Seus documentos oficiais, contactos, peregrinações pastorais, homilias e pareneses.

Com a mais elevada veneração e profundo acatamento,
me subscrevo

De Vossa Santidade
M.^{to} grato e dedicado no Senhor

† *António Ferreira Gomes,*
(Bispo resignatário do Porto)

Ermesinde — Porto.
1983

*COLEGIALIDADE EPISCOPAL
E DIPLOMACIA ECLESIAÍSTICA*

SANTO PADRE:

Com licença de Vossa Santidade, entramos já *in medias res*.

Na altura da «coroação» do Papa João XXIII, estava eu em Roma, hospedado no Colégio Português com o Cardeal Patriarca de Lisboa, M. G. Cerejeira, e outros. Conversei um pouco com S. Eminência sobre matérias adiáforas, mas evitei cuidadosamente dizer-lhe por que motivo ia a Roma nessa ocasião. Quando soube que o Sr. Patriarca tomaria no dia seguinte, 6 de Novembro de manhã, o avião de regresso a Portugal, pedi-lhe para me receber, à noite depois de jantar. Era minha intenção, ao diferir para o último momento a informação que entendia conveniente dar-lhe, conseguir falar directamente com os meus Superiores, o que até aí não tinha conseguido porque S. Eminência sempre se interpunha entre mim e as instâncias superiores, quer eclesiásticas quer civis. Disse-lhe pois:

— Vossa Eminência compreenderá que eu não vim a Roma, neste momento, propriamente para assistir à coroação do novo Papa. Tenho marcada audiência, amanhã às 10 horas, com Mons. Tardini, para lhe expor a situação e oferecer a minha renúncia à Diocese, se isso convier ao bem da Igreja.

O Sr. Presidente do Conselho de Ministros, como V. Eminência sabe, mostra-se furioso por ocorrências em cuja origem e passos essenciais está ele próprio e ele pessoalmente. Vê-se manifestamente que está a palpar o terreno, para ver até onde pode avançar. Até agora porém nada fez que ponha em causa a liberdade eclesiástica nem violou, por enquanto, qualquer princípio de doutrina ou direito canónico, por actos formais. Creio pois que a Igreja ainda pode decidir livremente. Vou pois pôr nas mãos do Santo Padre o meu cargo e aguardar a sua decisão.

O Sr. Patriarca ouviu em silêncio as palavras que aqui resumi e terminou por dizer algumas vagas palavras de conveniência; e assim nos despedimos.

Na manhã do dia seguinte, quando me preparava para ir à audiência marcada na Secretaria de Estado, sou chamado ao telefone por Mons. Samoré, o qual me diz, em nome de Mons. Tardini, que não vá ao Vaticano, mas espere no Colégio, que ele próprio, Mons. Samoré, virá falar comigo e trazer-me as instruções de Mons. Tardini.

Fiquei estupefacto, mas pensei que o Sr. Patriarca Cerejeira se teria antecipado em ir à Secretaria de Estado, o que depois soube positivamente.

Logo ao chegar, Mons. Samoré disse-me que vinha por mandado e em representação de Mons. Tardini e que a ordem deste para mim era que não pensasse em resignar: que havia bastante exaltação, mas que a Igreja se mantinha firme e serena, que os ânimos haviam de acalmar. Da nossa parte devíamos conduzir as coisas de modo a abreviar essa acalmia.

Neste ponto perguntou-me se podíamos continuar a nossa conversação na presença do Sr. Cardeal Cerejeira. Concordei inteiramente e o Sr. Cardeal, que já estava à espera, veio juntar-se a nós. Continuámos a conferência a três, sempre em referência às instruções de Mons. Tardini, agora acentuando-se a tónica de que, como o Sr. Cardeal era muito amigo do chefe do Governo, poderia contribuir para

facilitar e apressar o restabelecimento da paz. Sua Eminência aceitou de bom grado esta proposta, o que aliás parecia estar na sua intenção, e assim nos despedimos.

Ainda assim pedi para ser recebido por Mons. Tardini na intenção formal de o cumprimentar e lhe agradecer. Recebeu-me e logo de entrada me repetiu que não pensasse nem lhe falasse em resignação: que o Chefe do Governo se exaltava bastante, mas com o tempo havia de serenar. Que eu procurasse não lhe dar motivos ou pretextos de queixa e que em tudo o que interessasse a esse propósito me entendesse sempre com o Sr. Cardeal Patriarca. Fez uma breve referência à nossa situação em África, onde as coisas se deterioravam de dia para dia e onde nem sequer aproveitávamos a experiência de Goa. Insistindo de novo em que não pensasse em resignação, despediu-me com palavras de confiança.

De regresso a Portugal, numa breve paragem em Lisboa, o Sr. Cardeal Patriarca veio ao meu encontro e numa demorada conversa comigo multiplicou as palavras de amabilidade e simpatia, deu alguns conselhos e mostrou-se muito esperançado numa boa solução, acrescentando algumas palavras bastante severas em referência ao Chefe do Governo. Referências igualmente desagradáveis para com o seu amigo Chefe do Governo teve, por essa altura, com amigos seus e meus, alguns dos quais mas comunicaram.

No entanto, nos meios de Roma ligados a Portugal as coisas seguiam rumo diferente. Do que se passava na Embaixada de Portugal, confidenciou o Conselheiro de então a um seu amigo: — Na Embaixada não tínhamos nada, mesmo nada, que fazer. Deu-se entretanto o caso do Bispo do Porto e então desatámos a fazer tudo o que podíamos, sob a insistência de Lisboa.

Em certos meios eclesiásticos, o fervilhar era ainda mais intenso, sob a chefia e moção de Mons. Costa Nunes, arcebispo resignatário de Goa e ex-Patriarca das Índias Orientais (título que, apesar de extinto, ele gostava que continuassem

a dar-lhe) que se encontrava residindo em Roma, sem ter que fazer, a não ser porventura esperar a púrpura cardinalícia, que o Governo português tanto se empenhara em conseguir-lhe enquanto estava em Goa, decerto para deter o curso da história (empenho este e finalidade a que ele nunca esqueceu de ser reconhecido, nem antes nem depois da púrpura).

Creio que posso testemunhar isto porque ele próprio me disse a mim, num momento de confiança e mau humor, já depois do desfecho dos acontecimentos em que quis intervir, mas ainda antes de ser cardeal: — Dizem-me que sou vice-Camarlengo, que tenho precedência sobre todos os arcebispos e não sei que mais. Isto é, nada... nada!

Do que se passava nesses conventículos basta referir a intervenção que teve certa vez o Dr. Ayala, padre do *Opus Dei* que nada me devia a não ser tê-lo ouvido largas horas sobre a eventual introdução da «Obra Sacerdotal Santa Cruz» no Clero diocesano do Porto, em várias audiências ao fim das quais lhe disse francamente que não chegara a convencer-me. Pois o Dr. Ayala, assistindo a um desses conventículos, ouviu tais coisas contra mim que em certa altura, tratando-se de matéria de facto, rompeu o seu silêncio para dizer: — Não, isso não! Isso não é verdade...

Entretanto chegava o dia 17 de Maio de 1959 e com esse dia de domingo a inauguração soleníssima do monumento a Cristo-Rei, inauguração em que o Sr. Cardeal Cerejeira pôs todo o seu empenho e glória — «se eu pudesse escolher o momento de morrer, escolheria este»! — à qual devia assistir o Presidente da República, o Chefe do Governo, Ministros, etc., e evidentemente todo o Episcopado português e alguns outros Bispos.

Nas vésperas desse dia, ao terminar o nosso retiro espiritual em Fátima, pedi audiência ao Sr. Cardeal Patriarca e pus-lhe a questão nos termos seguintes: — Agradeço o convite de V. Eminência, mas estou perplexo sobre o que devo fazer: as razões pró e contra combatem-se no meu

espírito e deixam-me duvidoso. O Chefe do Governo não gostará de ver-me lá. Por minha comodidade gostaria mais de regressar de aqui ao Porto, mas não sei como a minha ausência poderá ser interpretada...

O Sr. Cardeal Patriarca respondeu-me, sem a mínima hesitação, que não devia faltar, que a minha presença não traria dificuldades, enquanto a ausência se prestaria às piores interpretações.

É de notar que da diligência do Snr. «Patriarca das Índias», em cujo êxito nunca acreditei e de que tentei dissuadi-lo, resultou ainda assim uma declaração que podia ter tido o máximo alcance, se a tivessem tomado na devida conta. Segundo me referiu pouco antes do seu regresso a Roma o Snr. Patricarca, o Chefe do Governo ter-lhe-ia dito expressamente que «se a questão fosse com o bispo, a carta satisfaria; mas não, a questão era com a Igreja». Por estes termos me referiu a resposta; e parecia até satisfeito consigo, por a sua habilidade diplomática ao redigir a carta em meu nome ter tido um tal êxito...

Antes de regressar a Roma o Visitador perguntou-me se eu teria dificuldade em sair por algum tempo do País, a fim de acalmar os ânimos. Como eu estranhasse um pouco a proposta, em cujo êxito não acreditava, disse-me que falava em nome de Mons. Tardini: que esta hipótese, bem como outras, fora avançada, mas que a Secretaria de Estado nada desejava impor. Respondi-lhe que, embora não visse vantagem nisso, não tinha dificuldade de maior em experimentar; mas que, como depois da sua conferência com a Secretaria de Estado, já se tinha passado tempo e vários episódios, gostaria que ele falasse a Mons. Tardini e me transmitisse as suas actuais e consequentes disposições, por escrito. Chegado a Roma não tardou a escrever-me dizendo que Mons. Tardini ouvira as suas informações e voltara a dizer-lhe que a Secretaria de Estado nada impunha, mas veria com agrado se eu decidisse sair do País *«em gozo de férias»*.

Saí pois, em 24 de Julho desse ano de 1959.

Quando, antes de terminado o prazo de férias concedido pelo direito aos Bispos, regressava à minha Diocese, encontrei-me (logo à entrada em Espanha) sob apertada, clara e torpe vigilância da polícia, que a seguir verificou quei estar em contacto com a Nunciatura de Madrid. Vem depois a recusa da PIDE portuguesa de atravessar a fronteira do meu País, recusa meramente oral e sem qualquer fundamento legal, mas logo *post factum* abonada pelo Núncio em Espanha.

Tornou-se-me então bem claro o que eu entrevira desde as diligências que tinham levado à minha saída do País: que havia um problema de honra pessoal de quem manobrara a minha saída. Eu via bem que esta proposta estava cheia de intenções da parte de Lisboa, agora postas a claro, e via bem que conduzir as coisas como o fez era um problema de honra e lealdade para Mons. Costa Nunes, que, cobrindo-se com a invocação da Secretaria de Estado, me conduzia como quem leva um animal inconsciente pela arreata. Tive ocasião de verificar que o mesmo condutor de todo este processo teve consciência de que nele estava envolvida a sua honra pessoal. Na verdade, passados alguns anos, por ocasião de uma das sessões preparatórias do Concílio, Mons. Costa Nunes procurou-me no Colégio Português e pediu-me para me falar a sós. Que vinha explicar-me o que se tinha passado em 1958, na sua ida a Portugal, pois bem compreendia que na interpretação que desse à sua intervenção estava em causa «a honra dum Bispo da Igreja». E continuou da forma mais solene que podia a jurar-me que não conhecia as intenções do Presidente do Conselho. E continuando a insistir no mesmo sentido, deixou cair esta confissão: — «É certo que desconfiava».

Em face desta confissão, respondi-lhe apenas: — Mas então, se desconfiava . . . E despedi-o com a devida cortesia, mas dando-lhe bem a entender que, se tinha vindo pugnar pela sua honra, não se retirava mais limpo do que viera, antes o contrário.

Devo tornar bem expresso que creio que o procedimento de Mons. Tardini foi sempre leal e correcto; creio mesmo que, como é natural, deve ter sofrido muito com o curso das coisas. Quando, já feito Cardeal, tendo pedido a sua demissão da Secretaria de Estado, comentou que quem está naquele lugar tem às vezes de engolir sapos vivos, creio bem que um desses «sapos» foi o caso da Diocese do Porto, mas não do lado do bispo... que recebera as suas instruções e as cumprira.

Entretanto em Lisboa o Cardeal Patriarca fazia de conta que se esquecera da missão que procurara obter, em que fora investido e que desempenhara como se vê; passou a falar do caso como uma questão «que nos supera». Mas, como não podia ser indiferente, passou a ser ou parecer ser contra o bispo a favor do Administrador Apostólico, o qual por sua vez parecia ter como objectivo primeiro «fazer esquecer o bispo» — expressão que corria no Patriarcado.

Quem porém não esquecia que o bispo existia e continuava bispo do Porto, embora impedido, era o Chefe do Governo, que prometera e continuava a garantir aos elementos, sobretudo femininos, que faziam a corte à sua Presidência que seria colocado no Porto um bispo do seu gosto, mas que tudo seria feito, *comme il faut*, «pela mão da Igreja». Para situar bem o sentido desta promessa deve lembrar-se que então nenhuma das três sedes metropolíticas, a começar por Lisboa, era ocupada por quem fora objecto do primeiro desejo da Igreja...

Do que se passava no Vaticano ao nível supremo, não posso julgar; mas admito que «o bom Papa João» acabasse por dar-lhes a entender que lhes faria a vontade. Porém, se assim foi, não deixaria de nos dar uma ideia das pressões a que foi submetido aquele mesmo que, Núncio em França, ousou enfrentar a Resistência triunfante e conseguiu que os dezoito Bispos que De Gaulle queria demitir por «colaboração com o inimigo» fossem reduzidos a três, que aliás pediam a resignação por idade ou saúde.

Se tal hipótese tiver fundamento, é de compreender a tremenda dificuldade em que se encontrou o Santo Padre Paulo VI perante quem lhe lembrasse a hipotética «promessa» do seu Antecessor.

Na verdade este Papa, cuja memória me é particularmente grata, chegou a escrever-me uma carta autógrafa a tratar da minha situação e a repetir-me as promessas já anteriormente feitas em nome de João XXIII. Que me fariam arcebispo, subsecretário do Concílio e com futuro em Roma. Alguns acenavam mesmo no horizonte com o chapéu cardinalício; mas isto evidentemente por sua própria conta.

Com a veneração e agradecimento devidos, dei à carta do Santo Padre, depois de longa meditação e bastante sofrimento interior, a mesma resposta que anteriormente dera; e Paulo VI não voltou a falar-me no assunto, até que eu próprio o procurei e lhe falei. E essa resposta, dada e repetida aos Núncios em Madrid, S. Sebastian, Roma e agora diretamente ao Papa, foi sempre substancialmente a seguinte:

— Ofereci a minha renúncia à Diocese, quando ainda nenhum princípio estava comprometido. Foi-me dito que não pensasse nem falasse em tal e que contasse com a Igreja.

Agora que os princípios mais sagrados da liberdade e dignidade da Igreja estão comprometidos tão pública e crassamente, não posso deixar de considerar um erro tremendo a minha demissão. Contra a minha consciência não posso colaborar no que considero seria um desastre com os piores efeitos na opinião pública e sobretudo na história da nossa Igreja em que os Bispos não sentiriam confiança na Santa Sé e, quando tivessem de tomar grandes opções, olhariam mais para o Terreiro do Paço do que para o Vaticano. Acato porém as decisões da Igreja. Só peço que assumam plenamente as suas responsabilidades e me deixem dizer ao Clero e Fiéis da minha Diocese que não os abandonei...

E assim se passaram dez anos menos um mês. O que fiz e passei neste decénio de exílio, o que se passou na Diocese

do Porto e em Portugal seria uma história longa de contar. Daria matéria para umas «Memórias», essas que eu já disse que não escreveria...

Chegou finalmente o termo da carreira do autocrata português — queda da sua cadeira de repouso, seguida de incapacidade física e final substituição no Governo. Como a minha posição doutrinal fora por ele considerada uma *ofensa pessoal* (assim havida por ele e largamente difundida, no mesmo aspecto pessoal, pela sua côrte principalmente feminina), como nada havia de *escrito* a impedir a minha entrada em Portugal e como até acontecia que o novo Presidente do Conselho tinha comigo algumas boas relações, tudo devia ter acabado.

Como nada e ninguém se movia, dirigi-me a Roma e pedi audiência ao Santo Padre. Concedeu-me essa audiência, que durou mais de uma hora, no dia 20 de Fevereiro de 1969. Ouviu-me atentamente e tomou mesmo algumas notas. Subitamente tomou a palavra e, com olhar fulgurante, nítido, conclusivo, resumiu a sua posição a três pontos:

- 1.º — Dizem-me que o Governo ainda não quer o seu regresso;
- 2.º — Os Bispos portugueses também são contra, temem perturbações, etc. (Eu sabia que isto era verdade da parte do Patriarca de Lisboa, até por informação escrita);
- 3.º — Ainda mais categórico: — «*Vous êtes libre* (repetido por três vezes). *L'Église ne veut pas ôter votre liberté. Vous êtes le juge. C'est à vous: réfléchissez, priez, décidez et dites-moi*».

Como eu lhe perguntasse ainda se a Igreja tinha alguma coisa contra a minha reintegração na Diocese, respondeu-me categoricamente que não, só que ele, Papa, não podia intervir na política dos governos, era portanto só uma questão de oportunidade. Insistiu ainda na minha liberdade e responsabilidade. Isso me bastava.

Voltei a Lourdes e tomei o caminho da fronteira de Portugal. Da última cidade de Espanha (Ciudad Rodrigo) fiz saber ao novo Chefe do Governo que, no uso do meu direito de cidadão, ia entrar no meu País; e que, por minha parte, não desejava publicidade, escândalo ou incidentes na fronteira.

O Snr. Prof. Marcelo Caetano pediu-me amavelmente que diferisse um pouco a entrada, que ele iria tratar diplomaticamente da solução do caso do Porto. Embora pensasse que não lhe competia e não acreditasse na via diplomática, reconheci a sua boa fé e boa vontade e, em homenagem a estas, esperei.

A interferência do Núncio nada deu, mais que a dilação.

Em 18 de Junho recebi uma carta do Snr. Presidente do Conselho em que confessava o seu fracasso diplomático e me declarava que as fronteiras estavam abertas e que o Governo nada tinha contra a minha entrada.

Entrei, dirigi-me a Fátima e fui saudado pelos Bispos; e depois telefonicamente pelo Snr. Núncio, que me perguntou em que dia desejava reentrar no Porto. Combinámos o dia 2 de Julho: nesse dia cessou a Administração Apostólica e retomei o serviço efectivo da Diocese.

SANTO PADRE:

Muito desejaria que esta história que, apesar de feita *per summa capita*, resultou mais longa do que era meu propósito, servisse para confirmar aquilo que já disse no Concílio: que não me parece contribuir para o bem da Igreja aumentar o seu aparelho diplomático nem acentuar o carácter diplomático da sua actuação. A diplomacia dos Estados, além do seu aparato mundano, baseia-se na astúcia — arte de ocultar o seu pensamento — ou na ameaça, velada ou aberta, de meios violentos. A Igreja não pode situar-se à vontade nesse mundo, mas deverá a cada momento lembrar-se da transparência evangélica: seja a vossa palavra sim, sim e não, não.

No actual momento da história parece que a norma desejável seria algo como isto: na vida e acção da Igreja tanta diplomacia quanta seja ainda necessária ou útil e tão pouca quanto seja possível.

Isto não visa de forma alguma diminuir a supranacionalidade da Igreja nem atenuar a presença e influência do Papa no mundo; é antes todo o contrário.

O «serviço de Pedro» parece ter hoje as melhores possibilidades de presença pessoal e de eficácia evangélica em toda a Igreja e portanto no mundo todo. Os meios de comunicação permitem que o pensamento, a palavra e mesmo a figura do Papa estejam instantaneamente presentes em toda a parte. Na Igreja *ad intra* parece que a relação do Papa com os Bispos e suas Conferências, desde a nomeação até à morte ou resignação de cada Bispo, é hoje mais livre e franca do que por séculos e séculos. Os Estados contemporâneos, com excepção dos comunistas, aspiram todos a ser laicos, portanto aconfessionais mas respeitadores do pluralismo democrático e confessional do povo.

Parece pois que o Papa, que escolheu livremente e no contacto possível com o Povo de Deus os seus Bispos, poderá confiar neles e nas suas Conferências, atribuindo-lhes eventualmente várias das funções que se vinham considerando próprias das Nunciaturas. Mesmo nas relações formais com os vários Governos, num Episcopado nacional unido e tendo consigo a unidade universal da Igreja actuada no Papa, seria bem mais competente e eficaz do que um Núncio, que chega e parte, sempre a pensar na «carreira». Parece-me que a história moderna e já certa praxe actual está mostrando isto com evidência.

Um Episcopado nacional, já suficientemente constituído, sente-se participante da perpetuidade da Igreja e portanto pode ser *patiens quia aeternus*: um diplomata pensa na sua missão, na brevidade da vida e nas urgências do *cursus honorum*. Com dizer isto não estou a negar que possam ser homens de Deus e até bons Bispos ou Arcebispos, mesmo

que Pastores sem rebanho. (Tocando neste ponto, creio que cada vez se compreenderá menos que haja «carreiras» que conduzam ao Episcopado, ou que haja Bispos sem próprio Povo).

Não posso terminar sem prestar a minha homenagem a *alguns* entre os servidores da Igreja na diplomacia. Na minha bastante longa e não pouco trabalhada vida de bispo tive de estar em contacto com muitos homens da diplomacia eclesiástica em todos os graus, quer fossem profissionais quer assumissem missões transitórias, como aconteceu com os Cardeais Cerejeira e Costa Nunes. Pois sinto muito gosto em mencionar o Cardeal Tardini, um pouco brusco e rude nas maneiras e palavras mas cheio de lealdade e sentido da honestidade pública e dignidade da Igreja, e o Cardeal Samoré enquanto seu adjunto na Secretaria de Estado. Como Nuncio e depois Cardeal lembro Mons. Fürstenberg que teve para comigo as mais difíceis missões e sempre as desempenhou com uma nobreza de alma, uma fidalguia de maneiras, um respeito pela pessoa do outro e uma compreensão dialo-gante que jamais poderei esquecer. Quero ainda mencionar Mons. Cheli pelas breves palavras que trocou comigo, na Nunciatura de Madrid, ao comunicar-me que devia esperar o regresso do Nuncio e uma comunicação que ele tinha a fazer-me.

E tenho o desgosto de, neste contexto, não poder mencionar mais ninguém...

Com a mais subida veneração e profundo reconhecimento, me subscrevo

De Vossa Santidade

M.^{to} grato e dedicado no Senhor

† António Ferreira Gomes,
(Bispo resignatário do Porto)

Ermesinde — Porto.

Julho de 1983

*COLEGIALIDADE EPISCOPAL
E ISENÇÃO RELIGIOSA*

SANTO PADRE:

Não me escondendo que com esta carta vou encetar uma via salebrosa e abordar pontos de muito melindre. Seria decerto mais cómodo continuar a calar; mas creio bem que é preciso alguma vez falar. Como noutra contexto disse outrora um Santo Padre: *Inde oritur difficultas fandi unde adest necessitas nos tacendi*...

Confissão prévia

Pelo melindre do assunto começo por fazer uma confissão prévia. É que nunca tive dificuldades especiais com religiosos, quer individual quer colectivamente.

No meu serviço episcopal as relações foram as normais; e pessoalmente sou amigo de vários religiosos. Devo mesmo lembrar que, aquando da crise dos anos 1958-59, alguns membros de Ordens e Congregações quiseram acompanhar, como religiosos, o movimento de solidariedade com o bispo do clero diocesano e protestar contra as medidas governativas; e foram orientações dadas em nome do Episcopado que os impediram de levar por diante esse movimento.

Perfectae Caritatis

O Concílio ocupou-se da vida «religiosa» no decreto que começa pelas palavras *Perfectae Caritatis*. Esse decreto em que abundam as expressões de apreço pela vida consagrada e de louvor por tudo quanto têm feito os «religiosos», não deixa no entanto de se intitular *De accomodata renovatione vitae religiosae*, isto é, decreto sobre a renovação e adaptação da vida «religiosa»; e ao longo de todo o texto não deixa de recomendar a fidelidade ou regresso ao carisma da fundação e a adaptação dessas inspirações primitivas às condições do nosso tempo.

Votei e assinei esse decreto e sinto-me ainda perfeitamente identificado com a sua doutrina, orientações e exortações. No entanto devo dizer que me pareceu logo de princípio e continua a parecer que o decreto não foi suficientemente ao encontro dos problemas institucionais e estruturais.

Vários Padres conciliares chegaram a pensar que, nesta linha institucional e estrutural, se começasse pelo cimo, a saber, pelo governo superior da Igreja. Parecia-lhes e parece-lhes que neste caminho pouco se pode avançar se em Roma existe uma Congregação para os Religiosos, ao lado de outra para os Bispos e outra para o Clero (naturalmente diocesano).

Não me sinto competente nem bastante bem informado para discutir a organização da Cúria nem para propor planos de reformas burocráticas; mas parece bem evidente que, quaisquer que fossem as Direcções, Repartições, Comissões, etc., o mesmo órgão superior de orientação e representação devia presidir a todos os ministérios ordenados (Bispos, Presbíteros e Diáconos) e portanto também às «Religiões Clericais». Seria o primeiro passo, mas passo importantíssimo, para conseguir no serviço pastoral e docência da fé da Igreja, aquela unidade, harmonia e eficácia institucionais, que por vezes tanta falta fazem.

Alguns daqueles que esperavam do Concílio uma recomendação nesse sentido continuam a esperar uma iniciativa que, dentro do bem geral da Igreja, muito contribuiria decerto para os fins do decreto conciliar para a «renovação e adaptação da vida religiosa».

Vocação «religiosa» e presbiterado

Falando-se das «religiões clericais», vem naturalmente ao espírito uma pergunta sobre ministério ordenado nas Ordens e Congregações «religiosas», pergunta que geralmente parece evitar-se ou não explicitar-se, mas que não deixará de se tornar pertinente nesta altura da história da Igreja: — Presbíteros, porquê? Presbíteros, para quê?

Alguns dos fundadores das grandes Ordens não eram nem se fizeram presbíteros; ou, se o eram, não parece ter sido por isso que se tornaram fundadores. Parece pois que o carisma próprio de cada fundação não se deve procurar na missão presbiteral.

O Concílio estuda o ministério da vida dos presbíteros no decreto que começa pelas palavras *Presbyterorum Ordinis in Ecclesia excellentiam* e diz que as suas considerações se aplicam a todos os presbíteros especialmente àqueles que têm cura de almas, isto é, que exercem um múnus pastoral, *congrua congruis referendo*, no que se possa referir aos presbíteros «religiosos».

Aos presbíteros compete como actividade própria: «pregar o Evangelho, apascentar os fiéis e celebrar o culto divino» e «anunciar a todos a palavra de Deus» (...) «Sob a autoridade do Bispo, santificam e governam a porção do rebanho a si confiada, tornam visível, no lugar em que estão, a Igreja universal e prestam uma grande ajuda para a edificação de todo o Corpo de Cristo. Sempre atentos ao bem dos filhos de Deus, procuram dar a sua ajuda ao trabalho de toda a diocese, melhor, de toda a Igreja. Por causa desta participação no sacerdócio e na missão, reconheçam os

presbíteros o Bispo verdadeiramente como pai, e obedeçam-lhe com reverência... Deste modo, todos os sacerdotes, tanto diocesanos como religiosos, estão associados ao corpo episcopal em razão da Ordem e do ministério, e, segundo a própria vocação e graça, contribuem para o bem de toda a Igreja» (L.G., 28).

As Ordens, Congregações e outros Institutos religiosos são um facto histórico: grande facto histórico, muitas vezes, mas que, como tudo o que é histórico, teve a sua evolução e eventualmente as suas mutações.

Parece ser útil e oportuno considerar o problema do presbíterado «religioso» à luz da história passada e da história actual. Na alta Idade Média as grandes Ordens monásticas, nascidas com carácter laical, uma vez compreendido que o «reino de Deus» não se limitava ao mosteiro e suas dependências e portando lançando-se em grande escala à missão evangelizadora e fundando novas Igrejas, sentiram a necessidade de ordenar padres e bispos para as funções pastorais de novo ambiente e estilo a tal acomodado. Na baixa Idade Média a proliferação do eremitismo, os irmãos da vida comum, o evangelismo laical, de que o franciscanismo foi a manifestação mais ampla e duradoura, põem em causa o clericalismo, a riqueza e o domínio das grandes Ordens.

A intensa agitação religiosa que precedeu a Reforma e nela se continuou, tinha nesta contradição a sua raiz e expoente. Quando em Roma se dizia que aquilo na Alemanha não passava duma «questiúncula entre frades» não deixavam de acertar no *punctum saliens* da questão; e o próprio Lutero, para além da sua desbragada polémica contra Roma e a latinidade, não deixava de marcar esse factor na etiologia geral da revolução religiosa ao pôr a questão das «obras» e seu valor salvífico, principalmente nas observâncias monásticas ou «religiosas».

Porém o que mais proximamente vem ao nosso propósito é o que sucede na idade seguinte, idade barroca. Como «certas fraquezas da organização das Igrejas protestantes se

tornavam manifestas, em particular a sua integração nas estruturas do Estado, que o próprio Lutero admitiu enquanto medida de necessidade» (da Declaração da Comissão Católico-luterana no 500.º aniversário do nascimento de Lutero), como tal estatização foi um facto quase geral da Reforma protestante, a Reforma católica não pôde ficar imune de consequências no mesmo terreno.

Assim, o absolutismo monárquico dos Estados católicos passa a interferir amplamente na vida da Igreja. Os reis católicos deixam à Igreja os seus dogmas e pouco mais; todas as «temporalidades» foram postas sob a alçada do poder régio. Ora sem um mínimo de bens temporais não é possível a vida nem a acção da Igreja.

Primeiro sob a forma de igrejas «próprias» e de comendas, depois pelo padroado real e direito de «nomear e apresentar» os bispos à instituição canónica da Sé Apostólica, pela disposição dos benefícios eclesiásticos, o rei torna-se o senhor de tudo o que é da Igreja, com a vigilância da fé pela Inquisição e com a sua promoção pelo padroado. Os bispos são escolhidos na classe nobre, apenas com excepção de algum «religioso» que subisse pela corte, pelo preceptorado fidalgo ou pelo ensino oficial. Para além da realidade, as aparências: o absolutismo monárquico subiu quase sempre por primeiros-ministros, vice-reis, privados e diplomatas revestidos da púrpura cardinalícia, da mitra episcopal ou do hábito «religioso». Assim, na mesma medida em que se subjugavam os corpos parecia dominar-se as consciências.

Ora bem, reduzida assim a liberdade do Papa aos Estados pontifícios e aos jogos de poder entre as potências, confinada a liberdade dos bispos e párocos à boa graça do rei e ao beneplácito do Governo, a Igreja tinha de procurar a liberdade que lhe é indispensável por outras vias. Assim nascem as Congregações «religiosas» da idade barroca e do século seguinte. Estas, sim, quase sempre têm na sua origem um padre ou eventualmente um bispo. Para uma autêntica evangelização e para o serviço eclesial livre ao povo dos

pobres a Igreja quase só podia contar com estas Congregações e com as Ordens que se mantiveram vivas e fiéis. Esta situação eclesialmente calamitosa não impedia que continuasse a acção do Espírito Santo e a de alguns padres e bispos que, mesmo sob padroados laicos, foram autênticos santos ou mártires da fé...

Hoje tudo está mudado, nas instituições e nos factos; nas ideias, haverá ainda ocasião de perguntar. Institucionalmente a Igreja nos países democráticos ou civilizados, é livre na sua doutrina e acção; e mesmo nas suas «temporalidades», dentro naturalmente da lei comum, mesmo por vezes com reconhecimento da sua utilidade pública.

O Papa escolhe livremente os Bispos, com processos eclesiásticos mais ou menos avançados. Os Bispos, com a mesma liberdade, dentro das estruturas diocesanas reconhecidas, designam ou aprovam os agentes pastorais para os ministérios ordenados, instituídos ou simplesmente laicais.

A acção diocesana considera áreas do seu direito e dever próprio a evangelização, a instrução religiosa, a formação moral, a cura de almas, a direcção espiritual, a vida de piedade e santidade cristã. Foi mesmo muito curioso notar como, nos melhores tempos da Acção Católica, alguns «religiosos», mais ou menos conscientemente, sentiam que estava a ser invadido o seu terreno próprio, para não dizer a sua «caça guardada». Não será menos significativo notar como crescentemente, embora com certa imprecisão do que é novo e inexplorado, «religiosos» e «religiosas» se estão interessando pela vida paroquial, quer em responsabilidade diocesana plena quer em colaboração específica com o clero diocesano. Por estes e outros sintomas parece que vamos assistindo ao ressurgir da consciência de que a Igreja é essencialmente una, apostólica e católica, isto é, diocesana, ou não é Igreja.

E com isto põe-se às Ordens e Congregações religiosas, queira-se ou não, a grande e histórica pergunta: — Presbíteros, porquê? Presbíteros, para quê?

Parece que uma resposta válida a esta pergunta se terá de procurar por uma de duas vias: ou voltar ao carisma primitivo, materialmente entendido, que parecia não requerer o ministério ordenado ou adaptar-se ao novo esquema duma Igreja livre e apostólica ou diocesana.

Vocações diocesanas e «religiosas»

Neste contexto põe-se evidentemente o problema das vocações. Problema nevrálgico no mundo cristão, por vários aspectos: problema tratado por vezes com demasiado nervosismo. Isto particularmente nas relações entre o chamamento para o Clero diocesano e o «recrutamento» das Ordens e Congregações.

A Igreja tem dado normas, orientações e recomendações para a boa harmonia destes serviços, mas não sei se em qualquer diocese do nosso País as coisas terão corrido conforme esse ideal. Fazem-se encontros entre os responsáveis diocesanos e «religiosos», por vezes sob a presidência do bispo, estudam-se os problemas, elaboram-se projectos, inicia-se por vezes uma realização concertada; logo a seguir vêm os «recrutadores» arrebanhando para o seu próprio grémio.

Tantas vezes nas escolas, com a benévola transigência dos professores de Religião, agitando aos olhos das crianças o exotismo das «missões» — quase sempre o fascínio das «missões» — com as florestas virgens por um lado, os pretinhos pelo outro, com o complemento de elefantes, tigres e leões...

A crise actual das vocações, estes e outros semelhantes métodos de «recrutamento» e os próprios dados fundamentais da antropologia religiosa convidam a examinar seriamente este problema essencial da Igreja e da Sociedade. Parte-se geralmente do princípio indiscutível de que Deus distribui abundantemente as vocações — sem examinar em que consiste essa «abundância» — e conclui-se que tudo

está na actividade e habilidade de «recrutar», e depois de «enquadrar» essas vocações.

Por mim devo recordar que desde o começo do meu serviço de educador no Seminário li o livro de H. Bergson *Les Deux Sources de la Morale et de la Religion*, que saíra à luz pouco antes, e desde então o juízo e orientação das vocações punha-se-me entre as duas fontes polares, ou *l'appel du héros* ou *la pression sociale*. E muitas vezes dizia aos meus colaboradores que a nossa missão estava em ajudar aqueles que duvidavam ante a «heroicidade» do sacerdócio e afastar aqueles que não procuravam outra coisa senão chegar ao fim (por interesse ou em obediência a pressões). E a minha impressão era que muitas vezes falhávamos na discreção dos espíritos.

Quando pelos anos 60 e 70 se deu a grande evasão do sacerdócio, a quase totalidade dos casos que tive de tratar caía na confissão monótona de que se tinha ordenado sem vocação. É bem certo que nem todas essas confissões se podiam tomar muito à letra, pois que, se o homem para manter em certos momentos a sua estabilidade moral deve ter lançado todas as âncoras e «ainda assim . . .», como lembrava o meu venerando mestre, Pe. Vermeersch, nesses tempos a palavra de ordem parecia ser que se rompessem todas as amarras para vogar à mercê das ondas e ao sopro dos ventos, ao «Deus dará».

Assim pois, se vários naufrágios foram de vocações que se deixaram perder, o maior número foi certamente daqueles que nunca deviam ter entrado no sacerdócio.

Esta dura e mesmo trágica experiência leva-nos a pôr uma pergunta básica de antropologia religiosa: numa determinada sociedade cristã, como aquelas que temos, que proporção haverá de autênticas vocações de consagração, designadamente de ordenação sacerdotal? E esta pergunta deve inserir-se numa anterior, mais vasta e profunda: numa sociedade em que a quase totalidade da gente se diz católica (mesmo que não praticante), que proporção haverá de

verdadeiros cristãos, que o sejam numa pessoal e verdadeira decisão de fé, e para com as opções fundamentais da vida? É que, se justamente nos impressionamos com o número de padres que desertam os compromissos do sacerdócio celibatário, não podemos deixar de interrogar-nos sobre a fidelidade ao amor conjugal dos casados catolicamente, quando se encontram, face às tentações do mundo com facilidades de vida.

Mas um tal encadeamento de questões leva-nos ainda a questionar os nossos métodos de pastoral, a saber, se serão os mais aptos e acomodados à evangelização do nosso tempo e do nosso meio. Assim, por exemplo, a começar pela linguagem — mas a questão não é só de palavras — costumamos falar de «apostolado», convidar todos a ser «apóstolos» e repetir mesmo que hoje «quem não é apóstolo é apóstata». Muito bem pela intenção, mas quando chegará a vez do discipulado de Cristo?

O Senhor Jesus não chamou ninguém ao apostolado. A muitos perguntou se queriam ser seus discípulos — *si vis* . . . E, de entre os que aceitaram esse convite, escolheu os Doze a quem chamou Apóstolos. E, depois da Ressurreição, ordenou-lhes que fossem pelo mundo e lhe «fizessem discípulos de entre todos os povos». Apóstolos, sim, mas antes discípulos: apostolado, sim, mas antes discipulado.

Análise semelhante se podia fazer da palavra «militante» ou «militância», que me parece pouco evangélica, mas que no entanto se vê usada a todo o propósito, mesmo a respeito de quem mal aprendeu, ou não aprendeu mesmo, os rudimentos do catecismo. Parece pois que neste tempo em que a pastoral de massas, a pregação de missão, a onversão de classes — classe operária ou classe patronal — estão manifestamente postas em causa, o caminho pastoral seguro será ainda e de novo o do Evangelho: falar às turbas «em parábolas», isto é, a partir do que elas pensam e sentem, de entre elas receber discípulos e de entre estes, instruídos e formados, escolher apóstolos, a quem se possa sempre dizer com

verdade: não fostes vós que me escolhestes, mas eu que vos escolhi a vós.

Caso português

Mas, voltando em concreto ao caso português, podemos lembrar que mais ou menos pelos anos trinta começaram a entrar em Portugal várias Ordens e Congregações, com permissão e depois com certo favor da lei, em razão ou a pretexto das missões ultramarinas. Compreende-se que quisessem desenvolver-se, crescer e conseguir vocações. Mas, como eu já dizia à Nunciatura de Lisboa (em resposta a certa diligência de que fora encarregado sobre problemas de «religiosos»), o que não parecia digno de aprovar-se era a pressa, o afã, o evidente espírito de concorrência com que procuravam conquistar essas «vocações». Se nós, diocesanos, há tanto tempo a trabalhar nesse terreno, conseguíamos apenas êxitos muito relativos, que aconteceria com eles, chegados de novo, a caçar tão afanosamente no mesmo terreno? E avançava mesmo ao Snr. Núncio de então que me preocupava vivamente a perspectiva de conseguirem êxitos aparentes e fazerem impor as mãos da ordenação sacerdotal a tais candidatos, muitos dos quais viriam depois a pedir a passagem ao clero secular ou a laicizar-se escandalosamente. O resultado foi o que se viu...

Mas o que se pôs em aberto, nesse tempo que se quis de restauração tanto no político como no eclesiástico, leva a propor o problema em termos gerais: em determinada sociedade e num tempo histórico dado, qual a proporção dos sujeitos aptos para o sacerdócio católico?

Se considerarmos as qualidades de saúde somática e psíquica, e hombridade e carácter, de inteligência e força de vontade, de espírito de doação e abertura ao outro, de disciplina mental e autodomínio, de religiosidade e decisão de fé pessoal, enfim duma abertura ao essencial e ideal que possa torná-lo um autêntico homem de Deus, se pedirmos essas

qualidades em grau satisfatório, concluiremos que o número de vocações autênticas não só é ilimitado mas será mesmo bastante medido.

Sabemos que Deus não falta à sua Igreja, mas da nossa parte como encarar ou equacionar uma solução? Sabemos que alguns autores, quase sempre «religiosos», encontram fácil solução para o caso: escolha-se em cada comunidade de crentes praticantes um bom chefe de família, com a vida económica, conjugal e social bem assente, imponham-se-lhe as mãos na ordenação presbiteral e confie-se-lhe a direcção daquela comunidade, se e enquanto esta o quiser. Parece que o expoente máximo ou mais activo desta nova disciplina é o teólogo Eduardo Schillebeeckx, que a vem desenvolvendo e defendendo, há cerca de mais de uma dúzia de anos, em estudos e artigos que recentemente publicou em livro sob o título e subtítulo significativos de *Le Ministère dans l'Église. Service de la présidence de la communauté de Jésus Christ*.

Esta doutrina eclesiológica não se fica no teórico e abstracto. Ainda há pouco o Cardeal Marty, quase a terminar o seu eminente serviço episcopal à Igreja de Paris, lançava um solene e veemente apelo às vocações sacerdotais, por ocasião da reabertura do ano escolar do Seminário, apelo logo seguido de outro do mesmo teor pelo Cardeal Etchegaray, então Presidente da Conferência Episcopal.

Pois nessa ocasião e em referência a esse apelo um padre dominicano permitiu-se escrever numa revista teológica que o apelo às vocações ao sacerdócio, bem como os seminários, não tinham já sentido nem correspondiam à nossa situação cultural, que de futuro as comunidades cristãs escolheriam de entre os seus membros mais amadurecidos na fé e na prática (normalmente casados) um que apresentariam ao bispo para ele o ordenar de presbítero e lhe confiar a presidência da comunidade.

Não consta que o Provincial desse «religioso» ou o respectivo Geral tenham tido alguma coisa a dizer, se não

sobre a doutrina ao menos sobre a ocasião e o enfrentamento com os representantes da Igreja de França. Em face desse silêncio quase parece lícito concluir que toda a Ordem se opõe ao Episcopado do seu País, num problema básico de pastoral, em que esses Bispos estão em sintonia com todos os Episcopados e com o próprio Papa. Mas não é assim. De entre todos os testemunhos em contrário, basta-me citar o dum venerando dominicano dos seus oitenta anos, que nos dizia nervosamente: — Na minha Ordem já não há Superiores; e também nas outras. Se eu fosse Superior por um dia expulsava da Ordem este, aquele e aqueloutro (citando nomes) que perderam a fé, que andam para aí a ensinar herecias, que não são religiosos nem nada!... Depois de pormenorizar muitos factos de indisciplina «religiosa» e de estigmatizar várias formas de licença doutrinal e litúrgica correntes na sua Ordem e em outra que frequentava, acabou por dizer: — *Mais de ces choses, chez nous, pas un mot!* Em face de tal conclusão, observei-lhe: — Agora compreendo por que é que, cá fora vemos e ouvimos os membros da mesma Ordem tomarem as posições mais radicais e extremas de entre as que se praticam na Igreja. É que na realidade estão em polémica com os seus confrades, parecendo que estão a professar doutrina comum e pacífica. Isto cá fora; que, lá dentro, *pas un mot*. Ah, como é difícil o diálogo, mesmo na Igreja, sobretudo nas pequenas «igrejas» ou «religiões»!...

Com este «primitivismo» cultural e social do presbiterado e do presbitério, que imagem podemos formar da Igreja futura? Como é que a imensa riqueza de fé e de cultura espiritual que está na Bíblia, na Tradição e na Teologia há-de chegar ao povo? Como se há-de fazer a inculturação de Evangelho na civilização hodierna?...

Visto que o maior número daqueles que propõem ou defendem esta ideia dos presbitérios diocesanos são «religiosos» presbíteros (longe de nós pensar que são todos ou mesmo que são muitos conscientemente!) parece-me ouvir

uma resposta a essas perguntas: — Para isso cá estamos nós, os «religiosos»...

Como tudo isto, que se apresenta como muito novo e futurologista, me sabe a velho! Tivemos nesta Diocese do Porto uma «vocação tardia» oriunda de fora da área diocesana, de quem fui contemporâneo no Seminário, o qual foi nomeado pároco sucessivamente de várias freguesias. Como nenhuma comunidade paroquial o podia aturar, acabou por pedir para ser missionário no Ultramar. Entretanto pensou melhor e resolveu entrar numa Ordem religiosa. Aí, dentro em pouco era «doutor» (não se sabe por que universidade), falava e escrevia como tal. Em certa altura escreveu na revista dessa Ordem (que se dizia ser sujeita a três censuras internas) um longo artigo sob a epígrafe — *Ab initio non fuit sic...*

A tese desse artigo era que no princípio da Igreja todo o clero era «religioso» (no sentido técnico da palavra). Mas depois nasceu e foi crescendo o amor ao dinheiro, à mulher, às comodidades e mundaneidades, e assim se originou... o clero secular.

«Islamização do Cristianismo»?

Falando desta imagem da Igreja, agora professada como nova por teólogos profissionais de certo nome, não posso deixar de ver nela um aspecto do que tenho chamado a tendência para a islamização da Igreja por dentro.

O Islam não precisa de padres nem de igreja para ter uma expressão e um grande dinamismo. É bem certo do Islam, como o é de outras religiões naturais, como o é também de certa religiosidade popular no mundo cristão. Mas, se no Cristianismo prescindimos da Igreja, temos de prescindir do Cristo evangélico, deixando-o talvez ser um grande profeta, mas profeta fracassado. Virá talvez agora certa «Igreja popular» ou qualquer *Sun Moon* a vingá-lo desse fracasso e a instaurar o seu «reino» na dominação política...

Falando da islamização do Cristianismo não me preocupam as «conversões» de «cristãos» ao maometismo de que tanto se fala; preocupo-me, sim, com certas tendências teológicas, que até invocam o Concílio de Calcedónia para fazer de Cristo *perfectus homo*, já que outros, dizem, têm feito d'Ele só Deus.

Mas, voltando ao problema de fundo — especulação teórica, mas também questão sumamente prática — como em determinado corte da sociedade e da história o número de vocações presbiterais não é ilimitado, parece que uma de duas opções se impõe: ou os presbíteros «religiosos» se inserem, com as necessárias acomodações, na pastoral geral da Igreja, que é apostólica, isto é, hoje, diocesana, ou as Ordens devem retomar o seu carisma de fundação, que nem sempre é presbiteral, a não ser para as necessidades internas ou para responder aos desafios da história. (Isto evidentemente é pensado numa perspectiva de futuro e não como imperativo imediato.)

Igreja missionária ou missionada?

Nesta mesma perspectiva de médio prazo deverá encarar-se o problema das missões. Missões em certos casos no interior e mais geralmente missões estrangeiras foram a razão do nascimento de várias Congregações e também da sua constituição presbiteral. As coisas estão em curso de mandança e vão mesmo já bastante adiantadas para pôr em questão a ideia de missão.

Toda a Igreja hoje é missionária, diz-se e com razão; mas já poucos ou nenhum povo admite ser Igreja missionada. A interajuda das Igrejas particulares está sendo o ideal e virá a ser a realidade. Se as dioceses de velha cristandade pudessem contar com as vocações ministeriais ainda existentes, não haveria decerto dificuldade nesta mútua ajuda, geralmente a prazo temporário, ajuda que podia ser humana e espiritualmente enriquecedora tanto para a Igreja *ad quam* como para a própria Igreja *a qua*.

É preciso ter presente que as missões estrangeiras foram consideradas, e às vezes com bastante razão, como parte do colonialismo; e a memória dos povos, sobretudo quando se torna inconsciente das suas razões, passa a ser quase uma segunda natureza. E nem sempre é um caso de memória, apenas...

Na América Central e em parte na Meridional a estratégia das «missões» e a acção dos «missionários» fazem destes os «novos coloniais» do presente e decerto do futuro. Oriundos da Europa ou da Norte-América (daqui mais as seitas chamadas protestantes) ou nascidos no próprio País mas vindo às universidades europeizar-se, entram nos povos missionados mais despaisados, às vezes com maior distanciamento cultural, maiores tentações de domínio e maior capacidade de treino e *dressage* do que os antigos ou novos colonialistas. De aqui os «missionários» guerrilheiros ou ministros, de aqui a «igreja popular» feita suporte dum governo mais ou menos clerical, mais ou menos belicista. E se os Bispos locais falam é porque «não entendem nada disto» (como escreveram e publicaram frades e freiras de dentro e de fora). E se o Papa fala, pior: está sendo um «agente objectivo da política de Reagan!»

Como seria bom não esquecer a história! Onde quer que as missões usaram um poder temporal excessivo, os efeitos políticos, sociais e religiosos, a médio e a longo prazo, não foram famosos. As «reduções» do Paraguai foram consideradas uma das grandes benemerências e glórias da Companhia de Jesus e foram-no de princípio. Mas a leitura das cartas ánuas, através de decénios e entre séculos, fornece decerto a mostra mais cabal dos efeitos despersonalizantes e degradantes do comunismo absoluto como norma de vida e estado de consciência. A informação interna da Companhia mostra ao princípio os missionários entusiasmados com as possibilidades dos índios, activos, dóceis, capazes de todas as artes e ofícios, dotados de iniciativa e com muito boa disposição para a doutrina cristã mesmo bastante elevada.

Esse entusiasmo vai decrescendo e ao fim os índios aparecem como indolentes, preguiçosos, mentirosos, sem iniciativa e carecendo de contínua vigilância. Sendo assim, não admira que, quando chegou a perseguição à Companhia, tudo o vento tenha levado... para a selva de outrora...

Portanto Igreja missionária, sim e cada vez mais e melhor: Igrejas missionadas ir-se-ão cada vez a menos, substituída a missão pela interajuda e serviço mútuo entre Igrejas particulares, diferentes nos meios materiais e pessoais, mas iguais em dignidade.

Opus Dei — Opus Christi

Falando da «isenção religiosa», não se pode evitar uma palavra sobre o *Opus Dei*. Vossa Santidade aprovou finalmente o seu Estatuto; acatamos e nada mais teríamos a dizer.

Nada teríamos a dizer se não nos perguntassem; mas perguntaram-nos directamente, por via diplomática, mediante a Conferência Episcopal. Na mesma ocasião em que nos comunicavam a aprovação pontifícia, desejavam saber o que nos parecia. Sem saber como foi organizada esta consulta, de intenções aliás bem claras, devo confessar a Vossa Santidade que muitos Colegas a sentiram como uma nova ofensa à sua integridade de carácter e à sua vontade de cooperação leal e sincera com o Papa. Alguns deles não responderam ou responderam evasivamente, habilitando ainda assim as suas Conferências a responder, como responderam duma forma clara e inequívoca.

Por mim, respondi ao Presidente da nossa Conferência que considerava o que se passou neste caso como um dos factos mais graves da história da Igreja; e que me parecia estar longe de se poder considerar dos mais felizes.

Não é que a aprovação viesse alterar concretamente grande coisa: foi pôr à sombra dum estatuto jurídico aquilo que vinham fazendo desde o princípio, sob outras normas,

sempre insatisfatórias e sempre mudadas. Acontece mesmo que o novo Estatuto torna expesso que o Bispo pode admitir o *Opus Dei* na sua diocese.

Prescindindo de quaisquer outras considerações, apenas direi que vale a pena reparar no próprio nome. O Concílio confiou aos Bispos, como missão própria, o *Opus Christi: ad Christi aeterni Pastoris opus ... missi sunt*. Houve tempos em que, a partir talvez dum certo aproveitamento da teologia trinitária ou por simples *communicatio idiomatum*, se atribuía a Jesus Cristo, como fundador da Igreja, o próprio poder do Pai, e portanto ao Papa o supremo poder temporal (em expressões, é certo, sempre bastante flutuantes e nada dogmáticas); mas hoje ninguém pensaria em atribuir à Igreja o senhorio de Deus sobre o universo. É bem certo que algumas opções pela «Igreja dos pobres» estão hoje por vezes cheias de equívocos; mas não parece menos certo que os «meios ricos» (dinheiro, economia, finanças, política, publicidade, magistério universitário, etc.) não são mais fáceis de libertar de equívocos ou de conciliar com a radicalidade evangélica.

Creio bem que nenhum membro consciente do *Opus Dei* esperará ou quererá levar a dinâmica da Obra até ao fim para onde aponta, porque em tal caso as Dioceses tornar-se-iam meros campos de recrutamento da Prelazia e os Bispos teriam de contentar-se com os mediócrs para realizar o *opus Christi Pastoris*. De resto o ridículo de que por vezes se acercam para conquistar os elementos mais válidos sobretudo juvenis das cristandades diocesanas (até ao ponto de alguns jovens aparentarem tolices na fé e nos costumes, para se verem «livres»), os escândalos ocasionais especialmente financeiros de elementos muito publicitados da Obra e principalmente a multitudine e variedade dos carismas na Igreja marcarão limites a essa dinâmica dentro do equilíbrio da Obra de Cristo confiada à Igreja para sempre.

Não devo terminar esta breve referência sem dizer que nunca tive dificuldades com o *Opus Dei*; discordância de

critérios na ordem prática apenas no que se referia à entrada de padres diocesanos na «Obra Sacerdotal Santa Cruz», mas essa discordância, após longas horas de diálogo, não levou à ruptura, como aliás não devia. Tenho sido e continuo amigo de vários membros, numerários e supranumerários, da Obra; e tudo o que digo desejo que seja a bem dessa amizade por eles e pela Obra, dentro da Igreja una, santa e apostólica . . .

Conclusão

Ao redigir este texto várias vezes me perguntava se a referência a certos pontos mais melindrosos estaria ainda dentro do dever e do direito dum bispo que jurou fidelidade ao serviço episcopal até à morte, portanto não apenas até à resignação, com a diferença apenas de que como resignatário o seu serviço deve ser mais directamente à Igreja nacional e universal.

Nestes comenos pude ver, no Osservatore Romano de 24 de Julho de 1983, a carta de Vossa Santidade aos Bispos dos Estados Unidos da América dando «critérios directivos sobre as relações entre Bispos e Religiosos na Igreja». Deste documento que, na sequência e na lógica da intervenção de Vossa Santidade na crise da Companhia de Jesus, considero dum alcance eclesiológico extraordinário e verdadeiramente histórico, permito-me transcrever da parte dispositiva o seguinte:

«Como expressão da minha solidariedade convosco neste campo do vosso serviço pastoral, conhecendo os especiais laços entre a vida religiosa e a Santa Sé, nomeio aqui o Arcebispo John R. Quinn, de São Francisco, Delegado Pontifício para presidir uma Comissão especial de três Bispos, cuja tarefa consistirá em facilitar o trabalho pastoral dos seus Irmãos Bispos nos Estados Unidos na ajuda aos religiosos do vosso país cujos Institutos estão empenhados em trabalhos apostólicos para viverem a sua vocação eclesial plenamente».

Para Vossa Santidade, portanto, entre as responsabilidades próprias do Episcopado dum determinado País está a de prestar ajuda aos Institutos «religiosos» a viverem plenamente a sua vocação eclesial nos trabalhos apostólicos. E assim se chegará à unidade das Igrejas particulares, Clero e Laicado, dentro da Igreja universal.

Dentro deste sentimento vivo de comunhão eclesial, peço para subscrever-me

De Vossa Santidade
M.^{to} grato e dedicado no Senhor

† *António Ferreira Gomes*,
(Bispo resignatário do Porto)

Ermesinde — Porto.
Julho - Agosto de 1983.